

# Mantida anistia a pequeno empresário

## Constituinte considera dentro da medida empresa com receita até 10 mil OTNs

BRASÍLIA — Os micro e pequenos empresários urbanos que contraíram empréstimos entre 28 de fevereiro de 86 e 28 de fevereiro de 87, e os mini, pequenos e médios produtores rurais, entre 28 de fevereiro de 86 e 31 de dezembro de 87, não pagarão correção monetária sobre seus débitos. A decisão foi adotada ontem, pela Constituinte, que, por 106 votos favoráveis, contra 325 e 12 abstenções, rejeitou cinco emendas suprimindo a anistia aprovada em primeiro turno. Em seguida foram retiradas 22 emendas modificando o mesmo dispositivo.

De acordo com o texto aprovado, na liquidação dos débitos, inclusive suas renegociações e composições posteriores, ainda que ajustados, decorrentes de quaisquer empréstimos concedidos por bancos e por instituições financeiras, não existirá correção monetária desde que o empréstimo tenha sido concedido nos prazos fixados.

Para efeito da anistia, o dispositivo considera microempresários as pessoas jurídicas e as firmas individuais com receitas até dez mil OTNs; e pequenas empresas as pessoas jurídicas e as firmas individuais com receita anual de até 25 mil OTNs. A decisão provocou dúvidas sobre se o valor da OTN seria o da época do empréstimo, ou da concessão da anistia. O relator Bernardo Cabral sugeriu a definição da questão através do plenário, mas o presidente Ulysses Guimarães não concordou. E argumentou que a Mesa não "é Tribunal de Justiça".

### NORMAS

A classificação de mini, pequeno e médio produtor rural será feita obedecendo-se às normas de crédito rural vigentes na época do contrato. Mas a anistia só será concedida se a liquidação do débito inicial, acrescido de juros legais e taxas judiciais, for efetivada no prazo de até 90 dias a partir da data da promulgação da Carta e se a aplicação dos recursos não contrariar a finalidade do financiamento. O ônus da prova caberá à instituição credora.

O devedor deve comprovar que não dispõe de meios de paga-

mento, excluído desta demonstração o estabelecimento, a casa de moradia e os instrumentos de trabalho e de produção. A anistia também só será concedida se o financiamento inicial não ultrapassar o limite de 5 mil OTNs, ou se o beneficiário não for proprietário de mais de cinco módulos rurais.

Finalmente, ficou também decidido que os benefícios da anistia não se estendem aos débitos já quitados. No caso de operações com prazos de vencimento posteriores ao limite da liquidação da dívida, havendo interesse do mutuário, os bancos e as instituições financeiras promoverão alterações nas condições contratuais de forma a ajustá-las à anistia. A concessão do benefício por bancos comerciais privados em nenhuma hipótese acarretará ônus para o Poder Público, ainda que através de refinanciamento e repasse de recursos pelo Banco Central do Brasil. Na prática, esse dispositivo, que causou briga entre o PDT e os autores das emendas no primeiro turno, permitirá que o Tesouro arque com eventuais prejuízos dos bancos oficiais. O PDT se sentiu traído pela redação das emendas, cuja alteração só descobriu depois da votação.



Ulysses, em frente ao Congresso, festeja o momento final da grande tarefa

## Servidor conquista estabilidade

BRASÍLIA — Os funcionários públicos civis admitidos sem concurso e com mais de cinco anos no serviço terão estabilidade. A decisão, tomada em primeiro turno, foi confirmada ontem pela Constituinte. Foi mantido também o dispositivo que torna sem efeito jurídico qualquer ato lavrado depois da instalação da Constituinte com o objetivo de conceder estabilidade ao servidor.

Por 417 voto, contra 38 e 12 abstenções, os constituintes rejeitaram a proposta que permitia ao servidor, ao aposentar-se, usar a lei vigente ao tempo do seu ingresso no funcionalismo público. Isso daria a alguns militares a possibilidade de duas promoções, com o ressurgimento até dos marciais. Foram mantidas a revisão e a atualização dos proventos e pensões, que serão feitas dentro de 180 dias a partir da promulgação da Nova Constituição.

A licença paternidade será de cinco dias, até que a lei regulamente o benefício. A fixação dos cinco dias, introduzida ontem em artigo nas Disposições Transitórias, foi aprovada por acordo de lideranças. Recebeu 394 votos favoráveis, 19 contrários e cinco abstenções.

O prazo para a realização do segundo turno das eleições presidenciais foi reduzido pela Constituinte. Deverá ocorrer 20 dias após a proclamação do resultado da primeira votação, quando nenhum candidato alcançar a maioria absoluta dos votos. No segundo turno, concorrerão apenas os dois candidatos mais votados.

Será incluído nas Disposições Transitórias da nova Constituição um artigo que estabelece o seguinte: "O Brasil propugnar pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos". O princípio constava anteriormente da parte permanente do texto constitucional, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais.

### DÍVIDAS

A União, os estados e os municípios terão prazo de oito anos, a contar do dia 1 de julho de 1989, para pagar suas dívidas públicas já determinadas pela Justiça. A determinação vale para as pendências judiciais não pagas até a data da promulgação da Constituição. Essas dívidas, apesar do processo judicial, poderão ser parceladas em até oito prestações anuais.

Para manter o privilégio, a

Constituinte rejeitou emendas que pediam a supressão do artigo 37 das Disposições Transitórias. "Isso é uma vergonha, é a instituição do calote. Os que foram vítimas de prejuízos causados pelos governos dos estados e dos municípios e pela União vão ter de esperar oito anos para recuperar o que perderam", protestou o deputado José Yunes (PMDB-SP).

As empresas brasileiras que não possuem capital nacional, e que já têm autorização para aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, foram incluídas entre as que terão prazo de quatro anos para se transformarem em empresas nacionais ou utilizarem o produto da concessão no seu processo de industrialização. A medida foi aprovada por 407 votos, contra quatro e quatro abstenções.

A Eletrobrás não será atingida pela restrição para cobrança de empréstimo compulsório no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou. A exceção foi aprovada pela Constituinte no capítulo que trata do sistema tributário nacional.

## Governo vai apressar uso de decreto-lei

BRASÍLIA — A Constituinte decidiu ontem o destino dos decretos-leis em tramitação no Congresso: os que foram editados até hoje (2 de setembro) têm 180 dias de prazo, a partir da promulgação da nova Carta, para serem apreciados, caso contrário serão automaticamente revogados. Os atos praticados durante sua vigência, contudo, terão validade. Os decretos-leis editados de amanhã até a entrada em vigor da nova Carta serão convertidos em medidas provisórias, que perderão a eficácia desde sua criação, se não forem aprovados pelo Congresso em até 30 dias após a promulgação da futura Constituição.

Para se beneficiar do prazo de 180 dias — que não constava do texto aprovado em primeiro turno — o Planalto apressou o estudo de todos os decretos-leis que pretende baixar, entre os quais as modificações no imposto de renda a partir de 1989. As novas medidas, que seriam assinadas pelo presidente Sarney ontem à noite, devem ser publicadas no Diário Oficial de hoje.

## Alexandre se antecipa e monta equipe

BRASÍLIA — Por mais de 20 dias, Alexandre Costa aguardou a decisão da Constituinte para assumir o governo do Distrito Federal, sem perda do mandato de senador. Teve de guardar os nomes para o novo secretariado, desapercebendo com frequência do plenário e das votações da Constituinte. Para quatro secretarias, Educação, Saúde, Turismo e Serviços Sociais, convidou ex-secretários do Distrito Federal, como Eurides Brito e Jofran Frejat. E também a deputada Maria de Lourdes Abadia, eleita pelo PFL, mas agora no PSDB.

A emenda para permitir a posse de Alexandre Costa resultado de fusão das propostas do senador Meira Filho (PMDB-DF) e do deputado Valmir Campelo (PFL-DF). Na primeira fase da Constituinte não ficou definido quem assumiria o governo do Distrito Federal após a eleição presidencial de 89. Como a nova Carta vai conceder autonomia política a Brasília, a eleição para governador será em 1990, junto com os demais estados.

## Correa acha difícil ampliar Câmaras já

BRASÍLIA — O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Oscar Dias Correa, descartou ontem a possibilidade de aumentar o número de vereadores nas eleições de 15 de novembro. "O calendário eleitoral não pode ser atropelado", disse. Pela decisão da Constituinte, as Câmaras de municípios com mais de cinco milhões de habitantes terão 55 vereadores, e não apenas 33 — que era o limite máximo. O ministro apontou as principais dificuldades para a mudança: os partidos já realizaram suas convenções, escolheram e registraram os candidatos nos Tribunais Regionais Eleitorais; as cédulas teriam de ser modificadas; e não há prazo para cumprir todos os trâmites legais para aumentar o número de candidatos às próximas eleições. Pelo texto da Constituição, São Paulo e Rio de Janeiro passariam a ter 55 vereadores eleitos em novembro, e os demais municípios teriam suas bancadas fixadas com base no critério da proporcionalidade de habitantes.

## Promulgação terá uma festa no fim do mês

BRASÍLIA — Ainda não está decidida a data exata da promulgação da nova Constituição brasileira. Tudo indica porém, que a festa será entre os dias 23 e 25. É o que prevê o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. No dia 23 deverão estar em Brasília delegações de todos os Parlamentos latino americanos (exceto o do Chile, que está fechado pelo regime do general Augusto Pinochet), de Portugal e dos países de língua portuguesa que tiverem Parlamentos funcionando.

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), secretário de Relações Internacionais do PMDB, é quem está encarregado de formular os convites e fazer o acerto das viagens. A Constituinte pagará as passagens e a estadia das delegações, que possivelmente ficarão limitadas a três parlamentares por país. O pacote das viagens na América Latina está sendo negociado com a Varig e, segundo acredita Gasparian, sairá 50% mais barato que as tarifas normais.

O deputado Ulysses Guimarães pretende custear tudo isso com as verbas que a Câmara dos Deputados dispunha este ano para viagens de parlamentares ao Exterior, que foram reduzidas por causa da necessidade de presença nas sessões da Constituinte, e das viagens previstas para 1989, que serão drasticamente cortadas. "O pessoal não viajou muito este ano e vai chiar com o corte no ano que vem, mas ele é simplesmente necessário", argumenta Gasparian.

### PRAZOS

O encerramento das votações do segundo turno não implica a promulgação imediata da Constituição. O relator adjunto da Constituinte, senador José Fogaca, alinha pelo menos sete etapas que terão de ser cumpridas até a promulgação e publicação no Diário Oficial. Até o dia 7, os relatores entregarão o texto final aprovado em segundo turno. De 8 a 11 o trabalho será publicado para que, nesse mesmo prazo, os constituintes apresentem sugestões de correção, que se limitarão ao estilo e à clareza do texto.

No dia 12 começará a trabalhar a comissão de redação final, assessorada pelo filólogo Celso Cunha; entre 16 e 18 o texto revisado estará novamente publicado e no dia 19 possivelmente será realizada a sessão para aprovar a redação final, numa só votação. De 20 a 22 estão previstas as sessões para que os constituintes no exercício do mandato assinem a Constituição.

Se esses prazos forem cumpridos, no dia 23 Ulysses Guimarães promulgará solenemente a nova Constituição. Como entre um e outro prazo pode haver atraso, Ulysses considera razoável que, no fim dessas contas, o dia 23 se torne inviável e a Carta tenha de ser promulgada um ou dois dias depois.

# A noite do baile do lago Paranoá



Ricardo Chaves/AE

Terminada a votação, esquerda e direita esqueceram diferenças e dançaram lado a lado



Ricardo Chaves/AE

Tutu, com Salomão: nem a filha escapa



Ricardo Chaves/AE

Lyra: vitória de Tancredo começou assim

### ELIANE CANTANHEDE

BRASÍLIA — A voz solene do deputado Ulysses Guimarães anunciou, à uma hora da madrugada: "Vamos votar. Vamos votar. Sim, não, abstenção". Havia quórum, mas os 300 parlamentares, assessores e jornalistas prejudicaram a votação com uma ruídoosa vaia e logo retomaram a normalidade de valsas, rocks e lambadas. O cenário, é bem verdade, permitia: em vez do plenário, uma mansão com vista para o Lago Paranoá, onde todos se divertiam na festa "Bye-Bye Constituinte", organizada pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, e aberta apenas às esquerdas, no máximo ao centro.

Ulysses não compareceu — tratava-se de uma gravação da frase que ele vem repetindo milhares de vezes nos últimos 18 meses — mas o presidente do Senado, Humberto Lucena, marcou presença ao lado da anfitriã, jornalista Leda Flora. Havia ainda dois candidatos à sucessão de Ulysses na presidência da Câmara, os deputados Paes de Andrade (CE) e Bernardo Cabral (AM), ambos do PMDB, e vários candidatos às prefeituras em novembro.

A animação era muita, mas a bebida nem tanto. O uísque Balandine's foi servido a partir da meia-noite, quando os parlamentares começaram a chegar do plenário da Constituinte (a votação terminaria uma hora antes), mas acabou antes das duas da madrugada. Houve muitas reclamações, pois foram cobrados Czs 3 mil por convite individual. O deputado e banqueiro Ronaldo César Coelho (PSDB-RJ) era o mais desconsoado: afinal, ele não está acostumado a engolir o Natu Nobilis que chegou às pressas no meio da festa. Cambaleante, o suor escorrendo pela testa de tanto dançar, Brandão Monteiro acusou a presença de 90 penetras e lavou as mãos: "Eu não sou dono de boteco para providenciar uísque a essa hora".

### GRAVATA ÚNICA

Bernardo Cabral saiu tão rápido quanto entrou. Assim, abriu o flanco para Paes de Andrade fazer campanha. O parlamentar cearense sentou-se com o deputado comunista Roberto Freire (PE), abraçou a deputada Tutu Quadros (PSDB-SP), cochichou com Humberto Lucena e falou para o deputado Domingos Leonelli (sem partido-BA): "O Ulysses é candidato a presidente e a membro da Academia de Letras. Eu sou só candidato a Câmara e, por isso, levo vantagem". Era o único na festa que usava gravata.

Os garçons eram poucos e cada convidado se virou como pôde. O "caçula" da Constituinte, Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), entrou na cozinha e arriscou: "Ó, Paraíba! Um garçon não só respondeu com um sorriso, como também com um bom copo de uísque."

O chefe de gabinete do deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ),

Eugênio Costa e Silva, foi mais objetivo na sua bem-sucedida tentativa de conseguir um bom uísque: meteu uma nota de mil cruzados no bolso de um garçon e garantiu a bebida. O senador Severo Gomes (PMDB-SP) também bebeu, mas sua dificuldade era ainda mais incrível: ele não conseguia água, que toma seguidamente. Às 4 da madrugada, depois de muito dançar, enveredou-se pela cozinha, mas deu novo azar. Um jornalista, já bêbado, perguntou-lhe sobre a "Paraíba". "Bem, há muito não vou a João Pessoa", respondeu o elegante Severo. "Não, senador. Eu quero saber da sua fábrica de cobertores, a Parayba", disse o jornalista. Severo saiu de fininho.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) estava elegantíssima numa roupa bem estampada, tipo africana, mas o publicitário Ruy Nogueira não resistiu ao ver uma outra deputada, Moema São Thiago (PSDB-CE), vestida de espanhola, com grampo de cabeça e tudo: "Ué. Eu não sabia que era uma festa carnavalesca, senão tinha vindo de pirata".

### LOBBIES

No meio da confusão, dois tipos exóticos: o arquiteto Zanine, com rabo-de-cavalo grisalho, e o cabeleireiro Stephany, com tranças até o meio das costas. E não faltaram os lobbies, não exatamente políticos como os da Constituinte: o fotógrafo Milton Guran, do Rio, fazia propaganda de um livro editado por sua empresa, a Agil, que será lançado 15 dias depois da promulgação da nova Constituição. Um assessor de Tutu Quadros anunciava que o livro dela, *Desabafo*, já está no prelo e será lançado este mês.

Tutu, aliás, aproveitou a festa para vários desabafoes. Enquanto ela se divertia com a esquerda em Brasília, sua filha Ana Cláudia casava-se sob as bênçãos da direita em São Paulo, inclusive do avô e prefeito Jânio Quadros. Tutu criticou o casamento, o próprio pai, a escolha de José Serra como candidato do seu partido à Prefeitura de São Paulo, a Constituinte e até mesmo o Brasil. "Ainda estou sob um choque cultural. Este País não é civilizado", lamentou ao ouvido do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), enquanto ambos rodopiavam pelo salão ao som de New York New York. Tutu, vale lembrar, é acusada de ser cidadã americana, naturalizada.

Com o ralar do dia, os remanescentes fizeram um "cordão da saideira". Entre eles estava o deputado e ex-ministro Fernando Lyra, coordenador político da campanha de Leonel Brizola à presidência da República. Ao lado da mulher, Márcia, Lyra lembrou que a festa parecia muito com as realizadas em Brasília no sucessão do presidente Figueiredo. "A vitória de Tancredo começou em festa como esta", comparou. Naquelas, contudo, Tancredo era sempre a estrela. Nesta, Brizola mal foi lembrado.

Colaborou Ariosto Teixeira